



78

Aviso n.º 06/AC/2020

Medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária

(DLBC) LEADER

Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito das Estratégias de

Desenvolvimento Local

Portaria n.º 233/2016, de 17 de junho, alterada pela Portaria n.º 422/2016 de 10 de outubro e pela Portaria n.º 16/2018, de 18 de janeiro.

Torna-se público que se encontra aberto o período de apresentação de projetos de investimento à Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM 2020).

1. Objetivos e prioridades visadas:

- a) Consolidar a atividade agrícola, valorização dos produtos agrícolas locais e a complementaridade com outros setores de atividades económica,
- b) Qualificar e diversificar a oferta turística em envolvência com o território na perspetiva de valorização dos fatores endógenos, como a agricultura e seus produtos;
- c) Inovar nos serviços de apoio de base às populações rurais, incrementando a cooperação entre entidades;
- d) Valorizar o equilíbrio ecológico e paisagístico do meio natural;
- e) Aproximar os cidadãos dos serviços culturais, de lazer e educação;
- f) Incentivar o empreendedorismo e a criação do emprego, através da inovação da promoção ao aparecimento de empresas.

2. Área geográfica elegível:

- Município de Câmara de Lobos;
- Município de Machico;
- Município de Santa Cruz;
- Município de Porto Santo.

3. Natureza dos beneficiários

As candidaturas podem ser apresentadas pelos beneficiários especificados nos termos indicados nos artigos 9.º, 14.º e 19.º da Portaria n.º 233/2016, de 17 de junho, alterada pela Portaria n.º 422/2016, de 10 de outubro e pela Portaria n.º 16/2018, de 18 de janeiro.

4. Tipologia das intervenções a apoiar

A submedida abrange as seguintes ações:

Ação 19.2.1 – Apoio às atividades não agrícolas em zonas rurais:

- ii) Criação e Reestruturação de negócio em meio rural;
- iii) Apoio a atividades turísticas.

Ação 19.2.2 – Apoio aos serviços básicos para a população rural:

- i) Reforço dos serviços básicos para populações rurais;
- ii) Recuperação e Valorização do Património Rural;
- iii) Infraestruturas coletivas de Pequena escala.

Ação 19.2.3 – Apoio à cooperação para o desenvolvimento local.

5. Dotação orçamental

A dotação orçamental para o presente aviso é de **1.156.936,08€** de despesa pública (contribuição FEADER e ORAM). Sendo subdividida em:

- **200.000,00€** para a submedida 19.2.1 ii);
- **200.000,00€** para a submedida 19.2.1 iii);
- **156.936,08€** para a submedida 19.2.2 i);
- **200.000,00€** para a submedida 19.2.2 ii);
- **100.000,00€** para a submedida 19.2.2 iii);
- **300.000,00€** para a submedida 19.2.3.

6. Critérios de elegibilidade

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem cumprir as condições descritas nos artigos 5.º, 10.º, 15.º e 20.º da Portaria n.º 233/2016, de 17 de junho, alterada pela Portaria n.º 422/2016 de, 10 de outubro, e pela Portaria n.º 16/2018, de 18 de janeiro.

7. Despesas elegíveis e não elegíveis

As despesas elegíveis e não elegíveis são as indicadas no anexo 1 da Portaria n.º 233/2016, de 17 de junho, alterada pela Portaria n.º 422/2016, de 10 de outubro, e pela Portaria n.º 16/2018, de 18 de janeiro.

8. Forma e níveis de apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável. Os níveis de apoio a conceder, por beneficiário, constam nos artigos 7.º, 12.º, 17.º e 22.º e anexo II da Portaria n.º 233/2016, de 17 de junho, alterada pela Portaria n.º 422/2016, de 10 de outubro e pela Portaria n.º 16/2018, de 18 de janeiro.

9. Critérios de Seleção

Os critérios de seleção são os indicados no anexo I do presente aviso.

10. Prazo de apresentação das candidaturas

A apresentação das candidaturas decorre entre **15 de abril a 30 de junho de 2020, até às 17 horas e 30 minutos.**



11. Forma de apresentação de candidaturas

Dado o impacto da emergência de Saúde Pública a nível nacional e internacional, relacionada com a doença infecciosa provocada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e a declaração de risco elevado por disseminação do vírus e propagação da infeção por COVID19 à escala global, qualificada pela Organização Mundial da Saúde como pandemia, e considerando a Resolução n.º 101/2020, de 12 de março do Conselho do Governo da RAM, informamos que as candidaturas devem ser formalizadas exclusivamente por carta registada ou por envio para o correio eletrónico candidaturas@acaporama.org, com formulário devidamente preenchido acompanhado de todos os documentos indicados na página “A1 Documentos do processo” do mesmo formulário, conforme as OTE’s de cada ação/subação. Todos os documentos necessários à formalização das candidaturas podem ser descarregados no sítio da internet da Acaporama: www.acaporama.org/gal-acaporama/candidaturas ou em <http://proderam2020.madeira.gov.pt/>.

Funchal, 03 de abril de 2020.

O Presidente da Entidade Gestora

GAL ACAPORAMA

Sérgio de Oliveira

ANEXO I- CRITÉRIOS DE ANÁLISE E DE SELEÇÃO DE CANDIDATURAS

A análise e seleção de projetos para atribuição de apoio terá em consideração os pontos abaixo:

- Cumprimento das condições de acesso e elegibilidade da operação definidos pelos regulamentos comunitários, da aplicação e regulamentação regional e da Estratégia Local de Desenvolvimento (EDL) da ACAPORAMA.
- Análise em que medida o projeto contribui para a estratégia local em particular na complementaridade com outras ações de carácter local.
- Deverão ir ao encontro das prioridades e dos indicadores de resultados e de realização definidos na EDL.
- Demonstração do carácter de inovação e de que forma contribui para a valorização do tecido económico local.
- Assegurar a viabilidade operacional, técnica e económica do projeto no mercado.
- Aplicação de critérios normalizados na seleção de operações, como por exemplo, a criação de emprego, emprego de mulheres ou outros grupos vulneráveis, utilização de recursos locais, e outros efeitos multiplicadores, fixados ao nível da EDL.
- Verificar se o contributo financeiro para a operação será determinante para o seu sucesso, ou seja, aferir se o projeto pode ser realizado na mesma forma sem o apoio, evitando pesos mortos.
- Aferir se o apoio a uma operação poderá inviabilizar outra, devido à duplicação de oferta para um limitado público alvo.
- Verificar se os promotores têm capacidade técnica e financeira para a execução da operação.

- Se o projeto possui ou pode obter todas as autorizações e licenças necessárias efetuando uma análise prévia de viabilidade da atividade a solicitar às entidades competentes para a atribuição do licenciamento.

Desta forma foram estabelecidos os critérios de seleção e avaliação para cada Ação prevista na EDL da ACAPORAMA. Os mesmos baseiam-se na aplicação de procedimentos de avaliação de mérito relativo, resultante da comparação do mérito da operação avaliada, com o mérito das restantes operações candidatas na mesma fase de decisão, por fim as candidaturas avaliadas serão hierarquizadas.

M 19.2.1 – Apoios às atividades não agrícolas em zonas rurais:

ii) – Criação e reestruturação de negócios em meio rural.

Critérios mínimos para a elegibilidade da operação no âmbito da EDL:

- Criação de postos de trabalho, sendo o mínimo 1.
- Apresentem viabilidade económico-financeira mediante o cálculo do VAL Valor Atualizado Líquido, tendo a atualização como referência da taxa de refinanciamento (REFI).

Objetivos:

Incentivar a criação e desenvolvimento de microempresas nas zonas rurais, tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.



8

Beneficiários:

Microempresa, pequenas empresas e pessoas singulares de direito privado, **com sede fiscal na zona de intervenção**. Todas as atividades económicas indicadas no correspondente aviso de apresentação de período de candidaturas, serão elegíveis para esta ação, exceto, as inseridas nos CAE relativos às atividades de pesca e seus produtos e atividades de turismo e lazer, que deverão ser elegíveis na ação de atividades turísticas. As atividades relacionadas com a reestruturação e atividade ligadas a atividades tradicionais e reabilitação do comércio tradicional só são elegíveis para microempresas.

Critérios de seleção

Critérios de seleção	%
Rejuvenescimento	15
Incentivo à criação de emprego de elementos socialmente desfavorecidos.	10
Cooperação entre operadores económicos e estabelecimentos de relações intersectoriais.	15
Valorização ambiental	5
Relação entre o VAB criado e o investimento proposto	15
Contribuição para a criação de emprego	35
Inovação, permitindo o acesso a novos mercados e nichos de negócio	5
Classificação máxima (0%-100%)	100%*

*A classificação máxima deverá obedecer às escalas abaixo:

- Escala de valores: 0% a 100%
- Valor mediano: 50%
- Pontuação mínima requerida para seleção: 50%

Critérios Individuais de seleção	Pontos
Rejuvenescimento *	
À data de apresentação do projeto de investimento, o beneficiário tem idade:	
Igual ou superior a 18 e menor ou igual a 40 anos	15
Superior a 40 anos e inferior e igual a 66 anos	8
Superior a 66 anos	0
Incentivo à criação de emprego de elementos socialmente desfavorecidos**	
Portador de necessidades especiais	
Desempregado de longa duração	7
Sem aplicação	0
Cooperação entre operadores económicos e estabelecimento de relações intersectoriais.	
O beneficiário cumpre com os seguintes critérios:	
Entidade aderente a esquemas de cooperação entre entidades económicas locais, pela apresentação de protocolo de parceria ou Entidade aderente à marca “Produto da Madeira” ou é reconhecido artesanato local.	15
Prevê a utilização de na sua maioria de fornecedores de base local	10
Sem aplicação	0
Valorização ambiental	
Prevê a produção e/ou utilização de energias renováveis, e/ou melhoria da eficiência energética, reutilização de água ou gestão de resíduos ou sistemas certificados de gestão ambiental.	5
Sem aplicação	0
Relação entre o VAB criado e o investimento proposto.	
Maior ou igual a 0,5.	15
Entre 0,25 e 0,5.	8
Menor ou igual a 0,25	0
Contribuição para a criação de emprego	
Criação de mais de 5 postos de trabalho	35
Criação de mais de 3 até 5 postos de trabalho	28
Criação do próprio emprego	20
Criação de até 3 postos de trabalho	18
Inovação, permitindo o acesso a novos mercados e nichos de negócio.	
O modelo de negócio prevê a criação de novos serviços e produtos, e/ou apresenta formas inovadoras de atingir novos clientes e nichos de mercados.	5
Sem aplicação	0

*Sendo o beneficiário uma pessoa coletiva será considerada a média de idade dos sócios gerentes à data de apresentação da candidatura.

** Sendo o beneficiário uma pessoa coletiva será considerado à data de apresentação da candidatura se pelo menos um dos sócios apresenta uma das seguintes características, desempregado de longa duração ou portador de necessidades especiais.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos.

Fatores de desempate:

1. Maior contribuição para a criação líquida de emprego verificada pelo N.º de postos de trabalho a criar ou aumento de UTA.
2. Maior rácio valor acrescentado bruto gerado pela operação / valor do investimento elegível – R.

iii) – Apoio a atividades turísticas.

Critérios mínimos para a elegibilidade da operação no âmbito da EDL:

- Criação de postos de trabalho, sendo o mínimo 1.
- Apresentem viabilidade económico-financeira mediante o cálculo do VAL Valor Atualizado Líquido, tendo a atualização como referência da taxa de refinanciamento (REFI).

Objetivos:

Os apoios previstos nesta Ação visam o seguinte objetivo:

- Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

**Beneficiários:**

Microempresas, pequenas empresas e pessoas singulares de direito privado com **sede fiscal na zona de intervenção**, com criação ou desenvolvimento de atividades turísticas ou que queiram diversificar em atividades enquadráveis no âmbito turístico.

Critérios de seleção

Critérios de seleção	%
Rejuvenescimento	10
Incentivo à criação de emprego de elementos socialmente desfavorecidos.	10
Enquadramento fiscal da atividade	15
Cooperação entre operadores económicos e estabelecimento de relações intersectoriais	20
Valorização ambiental	5
Relação entre o VAB criado e o investimento proposto	10
Contribuição para a criação de emprego	25
Inovação, permitindo o acesso a novos mercados e nichos de negócio	5
Classificação máxima (0%-100%)	100%*

*A classificação máxima deverá obedecer às escalas abaixo:

Escala de valores: 0% a 100%

Valor mediano: 50%

Pontuação mínima requerida para seleção: 50%

Critérios Individuais de seleção	Pontos
Rejuvenescimento *	
À data de apresentação do projeto de investimento, o beneficiário tem idade:	
Igual ou superior a 18 e menor ou igual a 30 anos	10
Superior a 31 anos e inferior e igual a 40 anos	8
Superior a 40 anos e inferior e igual a 66 anos	5

Superior a 66 anos	0
Incentivo à criação de emprego de elementos socialmente desfavorecidos**	
Portador de necessidades especiais	10
Desempregado de longa duração	7
Sem aplicação	0
Enquadramento fiscal da atividade	
Restauração de qualidade e valorização dos produtos locais	15
Serviços de animação turística, venda de produtos locais (incluindo artesanato), ecoturismo/observação da natureza, atividades de caça, turismo equestre, religioso e da saúde ou serviços de alojamento.	10
Outros serviços turísticos	8
Cooperação entre operadores económicos e estabelecimento de relações intersectoriais.	
O beneficiário cumpre com os seguintes critérios:	
Entidade aderente a esquemas de cooperação entre entidades económicas locais (cooperação formalizada)	20
Produtor aderente à marca “Produto da Madeira”	15
Prevê a utilização de na sua maioria de fornecedores de base local	10
Sem aplicação	0
Valorização ambiental	
Prevê a produção e/ou utilização de energias renováveis, e/ou melhoria da eficiência energética, reutilização de água ou gestão de resíduos ou sistemas certificados de gestão ambiental.	5
Sem aplicação	0
Relação entre o VAB criado e o investimento proposto.	
Maior ou igual a 0,5.	10
Entre 0,25 e 0,5.	8
Menor ou igual a 0,25	0
Contribuição para a criação de emprego	
Criação de mais de 5 pontos de trabalho	25
Criação do próprio emprego	20
Criação de mais de 3 até 5 postos de trabalho	15
Criação de até 3 postos de trabalho	13
Inovação, permitindo o acesso a novos mercados e nichos de negócio.	
O modelo de negócio prevê a criação de novos serviços e produtos, e/ou apresenta formas inovadoras de atingir novos clientes e nichos de mercados.	5
Sem aplicação	0

*Sendo o beneficiário uma pessoa coletiva será considerada a média de idade dos sócios gerentes à data de apresentação da candidatura.

** Sendo o beneficiário uma pessoa coletiva será considerado à data de apresentação da candidatura se pelo menos um dos sócios apresenta uma das seguintes características, desempregado de longa duração ou portador de necessidades especiais.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos.

Fatores de desempate:

1. Maior contribuição para a criação líquida de emprego verificada pelo N.º de postos de trabalho a criar.
2. Maior rácio Valor acrescentado bruto gerado pela operação / valor do investimento elegível – R.

M. 19.2.2 – Apoio aos serviços básicos para a população rural:

i) – Reforço dos serviços básicos para as populações rurais

Objetivos:

- Aumentar abrangência dos serviços básicos para a população rural, diversificando o tipo de respostas sociais disponíveis.
- Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.
- Contribuir para o reforço do associativismo de base local, reforçando a ligação entre os territórios e as suas populações.

Beneficiários:

Autarquias locais, IPSS's, ONG's, entidades integradas em parcerias público-privadas e entidades privadas sem fins lucrativos, **com domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA**, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham a competência de gestão do respetivo património rural ou natural, desde que o mesmo se situe na zona de intervenção da ACAPORAMA.

Metas mínimas para a elegibilidade da operação no âmbito da EDL:

- Criação e ou melhoramento de pelo menos um serviço direcionado à população da zona de intervenção.
- Esse serviço deverá ser coerente com os Planos de Desenvolvimento Municipais (se os mesmos existirem).

Critérios de seleção

Critérios de seleção	%
Tipo de resposta social/tipo de utentes	20
Cooperação formalizada entre entidades	20
Sustentabilidade potencial dos serviços	20
Valorização ambiental	5
Rácio valor do investimento elegível/ N.º utentes previstos operação -R	10
Nível de cobertura geográfica e Abrangência Territorial	25
Classificação máxima (0%-100%)	100%*

*A classificação máxima deverá obedecer às escalas abaixo:

- Escala de valores: 0% a 100%
- Valor mediano: 50%
- Pontuação mínima requerida para seleção: 50%

Critérios Individuais de seleção	Pontos
Tipo de Respostas Sociais e Tipo de utentes	
Serviços direcionados para populações desfavorecidas economicamente ou serviços formativos e de aconselhamento para desempregado ou população em idade ativa.	20
Serviços itinerantes de apoio social e de tempos livres da população local ou serviços de tempos livres para crianças, idosos, portadores de necessidades especiais ou atividades de transferência de conhecimentos intergeracionais.	18
Outras atividades coerentes com os planos de desenvolvimento municipal e EDL do GAL ACAPORAMA	10
Cooperação formalizada entre entidades	
A operação prevê a cooperação com mais uma entidade com vista a diminuir custos e aumentar a abrangência territorial dos serviços.	20
Sem aplicação.	0
Sustentabilidade potencial dos serviços	
A entidade beneficiária tem histórico do desenvolvimento da atividade e tem fonte de financiamento inscrita no orçamento para a atividade a desenvolver.	20
A entidade beneficiária não tem histórico de desenvolvimento da atividade, mas prevê a inscrição no orçamento para a atividade a desenvolver.	10
Sem aplicação.	0
Valorização ambiental	
Prevê a produção e/ou utilização de energias renováveis, e/ou melhoria da eficiência energética, reutilização de água ou gestão de resíduos ou sistemas certificados de gestão ambiental.	5
Sem aplicação.	0
Rácio valor do investimento elegível/ N.º de utentes previstos- R	
Inferior a 100 euros por utente.	10
Entre 5000 e 1000 euros por utente.	8
Mais de 5000 euros por utente.	0
Nível de Cobertura Geográfica e Abrangência Territorial	
Selecionar a opção aplicável com mais pontuação:	
Os serviços têm a abrangência territorial da totalidade das freguesias da ZL	25
Os serviços desenvolvidos no Porto Santo ou em pelo menos 2 Municípios (incluindo todas as freguesias)	23
Os serviços serão desenvolvidos em pelo menos 2 Freguesias escassamente povoadas ou os serviços tem abrangências territorial em pelo menos um Município (incluindo todas as freguesias)	20
Os serviços têm abrangência territorial em pelo menos duas freguesias	18
Os serviços são desenvolvidos numa freguesia com a classificação de áreas pouco povoadas	15
Os serviços são desenvolvidos numa freguesia com a classificação de áreas medianamente povoadas	13
Sem aplicação	0

Lista de freguesias medianamente povoadas:

Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Água de Pena, Machico, Camacha, Caniço, Gaula, Santa Cruz.

Lista de freguesias pouco povoadas:

Curral das Freiras, Quinta Grande, Jardim da Serra, Caniçal, Porto da Cruz, Santo António da Serra (Machico), Santo António da Serra (Santa Cruz), Porto Santo.

Fatores de desempate:

1. Maior nível de cobertura geográfica e abrangência territorial.
2. Menor rácio valor do investimento elegível/ N.º de utentes previstos – R.

ii) – Recuperação e valorização do património rural.

Objetivos:

- Reforço da ligação dos territórios às populações locais, pela valorização das tradições e dos produtos agrícolas locais.
- Valorização do património em espaços rurais.
- Desenvolvimento do turismo e outras atividades de lazer, como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para a sua colocação em rede.

Beneficiários:

Autarquias, IPSS's, ONG's e entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, entidades públicas ou

privadas sem fins lucrativos que tenham a competência de gestão do respetivo património, desde que o mesmo se situe na zona de intervenção da ACAPORAMA.

Critérios mínimos para a elegibilidade da operação no âmbito da EDL:

As operações deverão fundamentar a complementaridade com outras atividades socioeconómicas a desenvolver no território pelo próprio beneficiário ou em ação coordenada com outras entidades locais.

Deverão ser coerentes com os planos de desenvolvimento municipal.

Deverão demonstrar a relevância do património e de que forma a operação irá contribuir para a sua valorização e conservação/manutenção/documentação.

Critérios de seleção

Critérios de seleção	%
Tipo de património intervencionado	15
Cooperação entre entidades	25
Sustentabilidade potencial da iniciativa	10
Abrangência territorial	10
Valorização Ambiental	15
Inovação e complementaridade com outras iniciativas da EDL	25
Classificação máxima (0%-100%)	100%*

*A classificação máxima deverá obedecer às escalas abaixo:

- Escala de valores: 0% a 100%
- Valor mediano: 50%
- Pontuação mínima requerida para seleção: 50%

Critérios Individuais de seleção	Pontos
Tipo de Património intervencionados e tipologia do investimento	
A operação inclui pelo menos duas iniciativas das abaixo indicadas	15
Apoio a iniciativas de promoção dos produtos agrícolas locais reconhecidos e das tradições locais ou criação de centros de informação em zonas protegidas ou rotas temáticas e de interpretação da natureza (colocação e recuperação de património em rede) ou construção de abrigos e estruturas de segurança associadas ao turismo de natureza ou estudos e outros investimentos de carácter imaterial que possibilitem a conservação e valorização do património rural.	10
Outros investimentos previstos na portaria	0
Cooperação formalizada entre entidades	
Para iniciativas de promoção dos produtos locais e de promoção da cultura local:	
Cooperação formalizada entre entidades locais, nomeadamente com os Agrupamentos e Organizações de Produtores e outras entidades locais (públicas e privadas) existentes no território, para a promoção dos produtos agrícolas locais e da transformação dos mesmos (gastronomia local e transformação agroalimentar).	25
Outras entidades locais (públicas e privadas) existentes no território, para a promoção dos produtos agrícolas locais e da transformação dos mesmos (gastronomia local e transformação agroalimentar)	20
Sem aplicação	0
Para as iniciativas de promoção dos centros de informação turística e em zonas protegidas e rotas temáticas:	
Cooperação formalizadas entre entidades de âmbito regional responsável pela gestão do património natural (no caso de iniciativas em áreas protegidas)	25
Operadores económicos privados e entidades sem fins lucrativos	20
Sem aplicação.	0
Estudos e outros investimentos de carácter imaterial:	
O projeto prevê iniciativas de cooperação entre entidades e os resultados prevêem iniciativas participativas de divulgação do projeto junto população local e outros públicos-alvo	25
Sem aplicação.	0
Sustentabilidade potencial da iniciativa	
O projeto prevê a manutenção das iniciativas de promoção do património e da sua utilização/participação em rede.	10
Sem aplicação	0
Abrangência territorial	
O projeto aplica-se a mais do que uma freguesia	10
O projeto aplica-se a uma freguesia	5
Sem aplicação	0
Valorização ambiental	
A operação contribui para a manutenção e divulgação de iniciativas de conservação da natureza e de áreas protegidas e boas práticas ambientais junto da população	15
Sem aplicação	0
Inovação e complementaridade com outras iniciativas da EDL	
Prevê as duas iniciativas abaixo	25

A operação prevê o desenvolvimento de workshops, ações de sensibilização, demonstração e promoção e outras iniciativas participativas que envolvam a população local (em particular os públicos-alvo da iniciativa), com o intuito de valorizar o património em questão	20
Prevê a criação de um sítio alusivo à iniciativa, com a descrição, com principal enfoque nos resultados e principais conclusões	13
Sem aplicação	0

Fatores de desempate:

1. Maior classificação em inovação e complementaridade com outras iniciativas da EDL.
2. Maior rácio de número de entidades coletivas cooperantes /Valor elegível da operação.

iii) Infraestruturas coletivas de pequena escala.

Objetivos:

- Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.
- Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural, pela disponibilização de equipamentos de utilização social.

Beneficiários:

Autarquias, IPSS's, ONG's e entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham a competência de gestão do respetivo património, desde que o mesmo se situe na zona de intervenção da ACAPORAMA.

Critérios mínimos para a elegibilidade da operação no âmbito da EDL:

- As operações deverão fundamentar a complementaridade com outras atividades socioeconómicas a desenvolver no território pelo próprio beneficiário ou em ação coordenada com outras entidades locais.
- Deverão ser coerentes com os planos de desenvolvimento municipal (se existirem).

Critérios de seleção

Critérios de seleção	%
Tipo de equipamentos intervencionados	20
Acessibilidade aos equipamentos	20
Valorização ambiental	20
Inovação e complementaridade com outras iniciativas da EDL	30
Classificação do território e população abrangida	10
Classificação máxima (0%-100%)	100%*

*A classificação máxima deverá obedecer às escalas abaixo:

- Escala de valores: 0% a 100%
- Valor mediano: 50%
- Pontuação mínima requerida para seleção: 50%

Critérios Individuais de seleção	Pontos
Tipo de Património intervencionados e tipologia do investimento	
Equipamentos de utilização social, (parques infantis, zonas de merenda, miradouros,...)	20
Património Rural de utilização social.	15
Sem aplicação	0
Acessibilidade aos equipamentos	
Os equipamentos/patrimónios estão devidamente adaptados para permitir a acessibilidade universal	20
Não refere/Não aplicável	0
Valorização ambiental	
O projeto prevê iniciativas de promoção e de valorização ambiental associado ao carácter de utilização social da operação	20

O projeto prevê a utilização de materiais de construção locais	10
Não refere/Não aplicável	0
Inovação e complementaridade com outras iniciativas da EDL	
Preveem as duas iniciativas abaixo indicadas:	30
O projeto prevê a divulgação das iniciativas de utilização social coletiva desenvolvidas ao longo do período de vigência da operação ou o projeto é contemplado com atividades de apoio à cidadania ativa, tempos livres da população, iniciativas de carácter lúdico coletivo.	20
Não refere/Não aplicável	0
Classificação do território e população abrangida	
O investimento localiza-se numa freguesia classificada como escassamente povoada	10
O investimento localiza-se numa freguesia classificada como medicamente povoada	8
Não aplicável	0

Lista de freguesias medianamente povoadas:

Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Água de Pena, Machico, Camacha, Caniço, Gaula, Santa Cruz.

Lista de freguesias pouco povoadas:

Curral das Freiras, Quinta Grande, Jardim da Serra, Caniçal, Porto da Cruz, Santo António da Serra (Machico), Santo António da Serra (Santa Cruz), Porto Santo.

Fatores de desempate:

1. Maior classificação em inovação e complementaridade com outras iniciativas da EDL.
2. Valorização ambiental.

M. 19.2.3 – Apoio à cooperação para o desenvolvimento local.

Objetivos:

- Melhorar o desempenho económico dos operadores que cooperem nas áreas temáticas do Turismo Rural, das cadeias de abastecimento curtas e mercados locais.

- Apoio ao desenvolvimento de atividades necessárias à informação e promoção específica de produtos abrangidos por regimes de qualidade ou produtos locais, enquadradas nas ações de elaboração de estratégias de marketing, promoção e publicidade e aquisição de serviços de consultoria especializada.
- Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural, pela disponibilização de novos serviços de apoio social centrado na agricultura para as comunidades, na educação e saúde.

Beneficiários:

Autarquias locais, IPSS's, ONG's, Cooperativas, Organizações de Produtores, Entidades integradas em parcerias público-privadas e entidades privadas sem fins lucrativos, com domicílio fiscal nos territórios da **zona de intervenção da ACAPORAMA**.

Nos casos de cooperação entre entidades, cujo o intuito seja de promoção de cadeias curtas de comercialização de produtos agrícolas e de abastecimento ou mercados locais, as entidades terão de ser cooperativas ou organizações reconhecidas de produtores.

Podem fazer parte das parcerias as seguintes entidades:

- Microempresas ou pessoas singulares que exerçam atividade agrícola ou silvícola, transformação ou comercialização de produtos agrícolas incluídos no anexo I do Tratado ou de produtos florestais, do turismo rural;
- Associações, cooperativas ou outras formas associativas legalmente reconhecidas, com atividade no sector agrícola, florestal ou agroalimentar, do turismo rural, do artesanato, ou de outros setores de atividade;

- Pessoas coletivas públicas ou privadas com atribuições ou atividades nas áreas de investigação e desenvolvimento do domínio de intervenção;
- Outras entidades públicas ou privadas com atividade em áreas relevantes para o plano de cooperação e de capacitação apresentado.

Critérios mínimos para a elegibilidade da operação no âmbito da EDL:

- As operações colectivas deverão fundamentar e demonstrar a capacidade de desenvolvimento e promoção de um conjunto de serviços, direcionados para o turismo rural, a desenvolver no território pelos próprios beneficiários ou em ação coordenada com outras entidades locais ou comercialização de produtos agrícolas e mercados locais.
- Criação de produto ou serviço, desenvolvido no âmbito da parceria direcionado para o turismo em espaço rural.
- Deverão apresentar um projeto integrado de cooperação, no mínimo entre duas entidades independentes, com vista a criar mais-valias para todos os intervenientes.
- Deverá prever a correspondente manutenção durante o período de referência aplicável à operação.
- No caso de projectos de cooperação no âmbito social, as operações colectivas deverão fundamentar e demonstrar a complementaridade entre as atividades agrícolas e o tipo de resposta social a desenvolver.

Critérios de seleção	%
Abrangência Temática	10
Tipo de parceiros	25
N.º de Parceiros	20
Experiência dos Parceiros	20

Abrangência Territorial	25
Classificação máxima (0%-100%)	100%*

*A classificação máxima deverá obedecer às escalas abaixo:

- Escala de valores: 0% a 100%
- Valor mediano: 50%
- Pontuação mínima requerida para seleção: 50%

Critérios Individuais de seleção	Pontos
Abrangência Temática	
Ambiente:	
PA prevê ações orientadas para a melhoria do desempenho ambiental dos promotores pela adoção de processos de certificação ambiental (EMAS, ESTABELECIMENTO AMIGO DO AMBIENTE, ISSO 14000, Ecolable, entre outros):	10
Sem aplicação	0
Promoção dos Produtos Locais/Turismo:	
Organização de circuitos curtos e/ou organização de agentes económicos, com vista a criar esquemas de venda/cadeias curtas/mercados locais e para os produtos locais direcionados para os agentes turísticos.	10
Sem aplicação	0
Serviços Turísticos integrados em rede:	
Criação de serviços turísticos em rede e correspondente promoção em rede ou no conjunto de rotas Temáticas.	10
Outros serviços turísticos	5
Sem aplicação	0
Respostas Sociais	
Prática agrícola associada a aprendizagem e formação de ativos e reconversão profissional ou prática agrícola associada a Inclusão Social, apoio à população desempregada, população com necessidades especiais e/ou grupos socialmente desfavorecidos.	20
Práticas agrícolas associadas às hortas em escolas primárias, centros de ocupação de tempos livres, atividades dirigidas para a população idosa ou hortas comunitárias e agricultura dirigida para a comunidade local.	18
Prática agrícola associada a terapia incluindo reabilitação e reinserção social	13
Outros tipos de iniciativas coletivas	0
Tipo de parceiros	
Parceria inclui entidades públicas ou privadas com atribuições ou atividades nas áreas de promoção do destino Madeira e do Porto Santo ou atividades nas áreas de investigação ou atividades nas áreas de apoio social, reinserção, terapia, segurança social, formação profissional e educação.	25

Parceria inclui Associações, agrupamentos ou organizações de produtores e cooperativas agrícolas ou Parceria entre pessoas singulares ou coletivas ou Parceria entre Microempresas.	20
Outros	0
N.º de Parceiros	
Parceria com 4 ou mais parceiros	20
Parceria com 3 parceiros	15
Parceria com 2 parceiros	10
Sem aplicação	0
Experiência dos Parceiros	
Entidades evidenciam qualificações, experiência e capacidade para desenvolver o projeto.	20
Entidades evidenciam qualificações.	15
Entidades apresentam um plano integrado de formação, com o intuito de capacitar todos os intervenientes.	10
Abrangência Territorial	
Todo o território (inclui todas as freguesias da ZI) ou o concelho do Porto Santo.	25
9 ou mais freguesias da ZI.	23
A maioria das freguesias consideradas áreas pouco povoadas.	20
Outra.	13
Sem aplicação.	0

Fatores de desempate:

1. Maior número de parceiros.
2. Abrangência territorial.

